



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1981

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Trajano Bastos e Antônio Facci.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 42/82.

Curitiba, 31 de março de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva integrar no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os atuais ocupantes da Tabela de Pessoal Suplementar do referido Tribunal, admitidos na forma da Lei n.º 6508, de 13 de dezembro de 1973 e do Decreto n.º 1312, de 16 de dezembro de 1975.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis decorre de manifestação da Presidência do egrégio Tribunal de Contas do Estado, que entende tratar-se de procedimento de grande interesse para aquela Corte, com vistas a melhor adequação de seu Corpo Instrutivo, aproveitando servidores que vêm se revelando capazes e produtivos.

Por outro lado, vale lembrar que na área do Poder Executivo, idêntica medida legal foi adotada, com muito bons resultados, através da Lei n.º 7208, de 15 de outubro de 1979, oriunda de anteprojeto que submeti à apreciação deste Poder Legislativo através de mensagem específica.

Outrossim, atendendo apelo que me foi feito conforme Ofício n.º 660/82, da Presidência daquela Corte de Contas,

solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada por essa augusta Assembléia na forma prevista pelo § 3.º do artigo 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 36/82

Art. 1.º — Os atuais ocupantes da Tabela de Pessoal Suplementar do Tribunal de Contas do Estado, de que tratam a Lei n.º 6508, de 13 de dezembro de 1973, e o Decreto n.º 1312, de 16 de dezembro de 1975, que contém, na data desta lei, pelo menos 2 (dois) anos de exercício nessa categoria, passam a integrar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo, respeitado o disposto no art. 22 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, dentro da seguinte correspondência:

- I — Integrantes da Tabela de Pessoal Suplementar, categoria PS-1.3, serão enquadrados nos cargos do nível TC-500.1 da carreira de Auxiliar Administrativo,
- II — Integrantes da Tabela de Pessoal Suplementar, categoria PS-2.3, serão enquadrados nos cargos do nível TC-500.2 da carreira de Auxiliar Administrativo,
- III — Integrantes da Tabela de Pessoal Suplementar, categoria PS-3.3, serão enquadrados nos cargos do nível TC-500.3 da carreira de Auxiliar Administrativo.

Parágrafo único — Os atuais integrantes da categoria de pessoal suplementar que, na data desta lei, não satisfizerem o requisito de tempo mínimo de exercício, previsto neste artigo, poderão também ser enquadrados no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo, desde que mediante processo seletivo interno, observada a mesma correspondência aqui prevista, e até o limite das vagas existentes.

Art. 2.º — Ficam criados no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, 35 (trinta e cinco) cargos de Auxiliar Administrativo, nível TC-500.2, e 21 (vinte e um) cargos no nível TC-500.3, da mesma carreira.

Art. 3.º — O tempo de serviço prestado pelo regime da Lei n.º 6508/73 será contado em dias de exercício, transformado em ano, mês e dias, e reconhecido para todos os efeitos legais.

Art. 4.º — As funções da Tabela de Pessoal Suplementar do Tribunal de Contas do Estado, constantes do Decreto Estadual n.º 1312, de 16 de dezembro de 1975, serão extintas à medida que, por ato do Presidente do Tribunal de Contas, for sendo feito o enquadramento do pessoal conforme a correspondência indicada nos incisos I a III do art. 1.º desta Lei.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o n.º G.P. 037/82, do Senhor LUIZ FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, o qual encaminhou a esta Casa, requerimento aprovado por unanimidade de apoio e solidariedade às resoluções tomadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Celulose Pasta de Madeira para Papel e Papelão de Telêmaco Borba. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FREDERICO BASSO, ocorrido dia 03 pp. na cidade de Araucária, pois trata-se de tradicional família daquela cidade.

Requer ainda, aprovado o presente, se dê ciência à família enlutada na pessoa do Senhor Ciso Basso, seu progenitor.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1982.

a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador, um apelo no sentido de determinar estudos sobre a viabilidade de modificar a Lei n.º 7051, de 04.12.1978, na parte relativa ao Prêmio de Produtividade (Arts. 75 e 76 e parágrafo único) atribuída aos integrantes da Coordenação da Receita do Estado.

O presente apelo atende reivindicação de amplos setores daquela categoria funcional que, no momento da aposentadoria, sofrem drástica redução na remuneração, em vista dos cálculos baseados em critérios injustos.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1982.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER o envio de voto de aplauso ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação Rubens Ludwig, pela indicação do Professor Alcy Ramalho para ocupar o cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1982.

a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Professor Alcy Ramalho, um dos nomes mais expressivos no Ensino Universitário Paranaense, motivo pelo qual foi indicado ao cargo de Reitor da Universidade Federal, e que por certo levará a contento geral os problemas universitários de nossa terra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor ao Tenente Pianowski e ao Sargento Edilson, integrantes do Regimento da Polícia Montada do Estado do Paraná, pelo brilhante desempenho de sua missão no Jardim Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1982.

a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Não raras vezes escutamos e lemos duras críticas desferidas contra a Polícia Militar de nosso Estado. Críticas que, aos menos avisados, podem significar uma incompetência generalizada de todos os soldados a serviço da segurança de nossa sociedade. É claro que tal generalização é uma demonstração de incapacidade de discernir atitudes e gestos de indivíduos que honram qualquer Regimento e que são dignos de elogios e merecedores da admiração popular.

Os moradores de certos bairros de nossa Capital vêm sen-

tindo sua segurança aperfeiçoada, pois podem contar com dois bravos e honestos soldados, o Sargento Edilson e o Tenente Pianowski, que no desempenho de sua missão, vêm demonstrando que vestem a farda da Polícia de nosso Estado com muito amor e dedicação. O preparo destes brilhantes soldados e a conseqüente atitude dos mesmos, diante das mais diferentes situações que se criam no dia a dia de uma comunidade, são merecedores da consignação do VOTO que ora requeremos. Por certo estes bravos integrantes da Polícia serão admirados e respeitados por toda sociedade.

Estes ilustres integrantes da Polícia Militar, segundo o testemunho do Dr. Lírio Bertoli, evitaram um espetacular roubo em sua residência, dada a vigilância atuante dos mesmos. Até aqui nada de admirável, pois este é o dever de um policial. combater o crime. No entanto, o que nos leva a destacá-los neste voto é que se recusaram a receber qualquer tipo de gratificação material. Côncios de seu dever o fazem dentro de seus defasados salários e ao contrário de muitos maus policiais, que só atuam mediante promessa ou estímulo de propinas. Este parlamentar, quando necessitou da presença de policiais em sua residência para verificar movimentos estranhos e suspeitos, além de fazer inúmeras ligações telefônicas frustradas, chega finalmente a defrontar-se com a informação de que não tem veículo para atender ou, se tem, não possuem combustível, induzindo-nos a arcar com as despesas.

Queremos por isto destacar e fazer chegar a estes policiais, íntegros e honestos, o nosso estímulo para que continuem mantendo esta conduta, apesar dos muitos quase deixam corromper. Segundo Rui Barbosa "de tanto ver grassar a desonestidade, sente-se vergonha de ser honesto. Ainda que sejamos poucos envergonhados, vale a pena."

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, ao Secretário dos Transportes e ao Governador do Estado, solicitando que atendam as reivindicações dos moradores do Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo, no sentido de que a rodovia asfáltica que liga Toledo-Santa Helena, passe pela avenida principal da comunidade.

Esta é uma reivindicação da totalidade do distrito, pois seriam muitos os benefícios para o setor urbano da comunidade.

Segue abaixo-assinado dos moradores e principais lideranças da localidade.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, na forma regimental, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Edson Neves Guimarães, Secretário de Estado das Finanças, solicitando a criação e instalação de Agência de Rendas para Iracema, Distrito de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1982

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Iracema, no Município de Formosa do Oeste, atravessa fase de enorme progresso, quer no desenvolvimento comercial como também agrícola.

Dentre os principais produtos destaca-se o café, milho, soja e algodão.

Como conseqüência do estágio de crescimento daquele distrito faz-se premente a instalação de uma Agência de Rendas do Estado na sede distrital, facilitando assim a realização das atividades econômicas da população local.

Ao exposto, solicita-se o apoio dos nobres Srs. Deputados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja por esta Casa enviado expediente ao Sr. Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de mais quatro salas de aula, junto ao G.E. Getúlio Vargas de Iracema, Distrito de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1982.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação vem ao encontro de solicitações formuladas pelas lideranças de localidade, em vista do aumento expressivo de escolares.

Espera-se, pois, a aprovação do requerimento a fim de que a direção da FUNDEPAR estude com a melhor das atenções a solicitação feita.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 34/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma cidade, que se regerá por estatuto aprovado por decreto do Governador.
- Art. 2.º - A fundação terá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com o qual será apresentado o respectivo estatuto.
- Art. 3.º - O patrimônio da fundação será constituído:
- pelos saldos dos exercícios financeiros,
 - pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhes forem destinados;
 - pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhe forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros ou por pessoas físicas; e,
- Art. 4.º - A receita da fundação será proveniente de:
- rendimentos de seu patrimônio, os quais serão completados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação do exercício imediatamente anterior;
 - auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estados e Municípios;
 - taxas, emolumentos escolares, contribuições e anuidades;
 - rendas patrimoniais;
 - rendimentos de serviços prestados;
 - auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público, interno ou de direito privado, nacionais ou estrangeiros, ou de pessoas físicas.
- Art. 5.º - A fundação será administrada por um Conselho de Curadores, composto de seis (06) membros efetivos e três (03) suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de seis

(06) anos, renovável, pelo terço, de dois em dois (02) anos.

- Art. 6.º - O diretor e o secretário da faculdade serão nomeados pelo Governador do Estado, aquele dentre professores em exercício eleito em lista tríplice pela Congregação, aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos com mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.
- Art. 7.º - A fundação não terá fins lucrativos; tem como finalidade criar, instalar e manter na Cidade de Laranjeiras do Sul, cursos de Letras, Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis e Enfermagem.
- Art. 8.º - A competência e o funcionamento dos órgãos da fundação, bem como da faculdade, serão estabelecidos nos respectivos estatutos e regimentos.
- Art. 9.º - A fundação terá como órgão de fiscalização contábil e financeira um Conselho Fiscal, composto de três (03) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de quatro (04) anos.
- Art. 10 - A fundação não distribuirá lucros a nenhum título e os seus rendimentos serão integralmente aplicados na sua manutenção e no da faculdade, bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.
- Art. 11 - Compete ao Conselho de Curadores, fixar taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.
- Parágrafo único - A fundação poderá conceder bolsas de estudos, mediante concursos de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre o posterior reembolso.
- Art. 12 - O pessoal da fundação, bem como da faculdade, será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao estatuto definir a competência para admissão e criação de empregos.
- Art. 13 - Na organização do regime didático da faculdade, inclusive no currículo de seus cursos, a fundação fará observar as leis da União e do Estado.
- Art. 14 - O Conselho de Curadores elegerá, dentre os seus membros efetivos, o seu Presidente e Vice-Presidente, com mandato de dois (02) anos, permitida reeleição por mais um período consecutivo, e elaborará o estatuto da fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.
- Art. 15 - Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu presidente e vice-presidente, não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.
- Art. 16 - A fundação terá duração por prazo indeterminado, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.
- Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1982.

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como escopo a instituição de uma Fundação Educacional com sede em Laranjeiras do Sul, com a finalidade de manter, naquela cidade, uma faculdade para cursos de nível superior.

Laranjeiras do Sul, com uma população de aproximadamente 90.000 habitantes e estrategicamente localizada na região

Centro-Oeste do Paraná, é o ponto de convergência dos Municípios de Quedas do Iguaçu, Palmeirinha, Guaraniaçu, Chopinzinho, São João, São Jorge D'Oeste e outros, com uma população que beira aos 250.000 habitantes.

Sediando, ainda mais, as administrações das Usinas de Salto Osório e Salto Santiago, e possivelmente a da Usina de Salto Segredo, e em se tratando do terceiro município do Paraná em extensão territorial, quer nos parecer inteiramente justa a medida ora proposta, para a qual pedimos o indispensável apoio de nossos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gemote Kirinus. (Ausente).

A Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois pequenos assuntos nos trazem à tribuna. O primeiro, sobre o rumoroso caso do desfalque de dez milhões de cruzeiros da Agência do Banestado na Cidade de Rondon, que a imprensa, por várias vezes, já abordou.

Nós temos aqui uma certidão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Delegacia de Crimes contra a Administração Pública.

Certidão: "Certifico, atendendo requerimento de parte interessada e despacho do Sr. Delegado nesta Delegacia, que Aparecido Coelho, portador do RG. 595575-Pr., casado, bancário, filho de Manoel Coelho e Albertina Soares, nascido aos 13 de fevereiro de 1946, em Arapongas, residente na Avenida São Paulo, 355, Rondon, Paraná, consta que foi indiciado em inquérito policial, n.º 117/81, nesta especializada, pelo delito de peculato.

Em razão do que se expediu a presente certidão. É verdade e dou fé, Antônio Carlos A. Vieira, escrivão. Visto do Bacharel Paulo Ernesto Araújo Cunha, Delegado Adjunto, da Delegacia de Crimes contra a Administração Pública.

A nossa preocupação, evidentemente, não é julgar de forma precipitada, se este cidadão é ou não responsável pelos delitos que lhe são imputados. E sim caracterizar se a frente daquele estabelecimento, cujo nome deve ser preservado, continua uma pessoa sobre a qual existe suspeita de conduta ilícita.

A acusação que paira sobre o gerente Aparecido Coelho, gerente do Banestado de Rondon e Presidente do PDS naquela cidade, é de ter desviado para fins de seu interesse a quantia de dez milhões de cruzeiros, numerário daquela agência.

Segundo denúncia do Vereador João Batista Ferreira, que teria juntado provas cabais de sua afirmativa.

A acusação gerou um inquérito administrativo determinado pela direção do Banestado, reconhecendo que pelo menos as provas exigiam uma análise.

Paralelamente, houve uma denúncia à polícia, com provas, acusando o referido gerente de crime de peculato.

Assim entendemos nós, a situação daquele funcionário do Banestado já não pode ser resolvido apenas no plano interno do estabelecimento, através de inquérito administrativo. Eis que o crime de peculato, no caso, terá que ser apurado.

Compete à direção do Banestado, tornar pública a sua atitude, a respeito do afastamento temporário do gerente

Aparecido Coelho, até que seja julgado das acusações que lhe pesam.

O assunto, no nosso entender, não pode ser de sigilo e uma satisfação deve ser dada à opinião pública. E é neste sentido que o Deputado Federal Hélio Duque, entra ainda esta semana, amanhã, 4a. feira, com uma representação junto ao Banco Central em Brasília, solicitando informações e apresentando vasta documentação sobre o rumoroso caso que constitui crime contra o erário. O citado cidadão, pelo que consta, é também candidato a prefeito pelo PDS, na Cidade de Rondon.

Outro assunto, apesar de jornalista, de radialista, de lutador esportivo, a gente tem usado muito pouco a tribuna, para levantar problemas do esporte. Mas este é um assunto que realmente merece a atenção de toda a equipe especializada do Estado e também dos homens públicos.

Entendemos que os interesses políticos se posicionam acima dos interesses legítimos do esporte, o resultado é o que se vê na Federação Paranaense de Futebol, onde as contradições chegaram a um ponto intolerável". A declaração é do jornalista e Deputado Estadual Fiori Luiz ao abordar da tribuna da Assembleia Legislativa a crise que começa a se aprofundar na entidade maior do nosso futebol.

Sempre afirmando que os esquemas políticos estão atrapalhando o futebol do Paraná, Fiori acentuou que "o Palácio Iguaçu tem interesse na manutenção do interventor Ubirajara Fernandes da Silva ou mesmo a posse de Antônio Carlos Mello Pacheco, este, um homem sério e competente mas totalmente envolvido pelas composições palacianas. Aliás, cansamos de ouvir de Deputados da Situação que o Sr. Haroldo Alberge não é do esquema oficial, daí todo o empenho para impedir a sua posse.

Alberge é o presidente de fato e de direito da FPF. Concorreu contra tudo e contra todos e venceu, nas urnas, de maneira limpa e clara".

Fiori esclarece que "o futebol do Paraná não pode ficar ao sabor das manipulações de grupos que não têm a sua origem na estrutura do esporte, ao contrário, somente a legitimidade de representação naquela entidade é que poderá delinear os caminhos para a superação da crise que transformou nosso futebol, especialmente, em produto de terceira categoria no plano nacional".

" — Nossa falta de prestígio no plano nacional — continuou Fiori Luiz decorre particularmente desta situação política de intromissão de burocratas e intermediários do poder estatal, numa atividade que carece melhor organização e disciplina para se consolidar".

Concluía dizendo que "é necessária uma tomada de consciência dos principais dirigentes dos clubes do Estado para afastar aqueles que vão catar votos e fazer composições políticas dentro da FPF. Os nossos clubes não aceitam intervenção e muito menos posições ditatoriais do Sr. Ubirajara.

A Federação é um órgão normativo, de orientação. O seu presidente nada mais é do que um consultor. Os clubes é que são os verdadeiros proprietários da entidade.

A não inclusão do Paraná no Torneio dos Campeões é um absurdo.

O Londrina Esporte Clube é o campeão da Taça de Prata, competição oficial; Grêmio de Maringá e Curitiba também foram campeões de torneios oficiais.

E o campeonato regional, como fica?

Já é hora dos nossos clubes tomarem uma posição de vanguarda, exigindo o fim dessa palhaçada e a conseqüente posse do Sr. Haroldo Alberge. A omissão dos nossos times é um crime imperdoável".

Eram estes os dois assuntos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário da Liderança.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PDS. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 105/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei nº 192/80, aprovado por unanimidade da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, do Município de Santa Helena, a fim da respectiva população decidir sobre a criação do Município de São José. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Município de FIGUEIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado dos Municípios de Curiúva, Sapopema e Ibaiti, com as divisas que especifica. Parecer Favorável à aprovação do Projeto nos termos da EMENDA SUBSTITUTIVA, apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. Em regime de Urgência. — **Aprovado pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 60/81, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de BRAGANEY, com sede na localidade do mesmo nome, e território desmembrado do Município de Corbélia, com divisas que especifica. Parecer Favorável à aprovação do Projeto, nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 109/81, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que cria o Município de ALTAMIRA, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Palmital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 114/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que cria o Município de SANTA TEREZINHA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas que especifica. Parecer Favorável à aprovação do projeto nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA apresentada pelo autor do mesmo, por unanimidade. — Em Regime de Urgência. **Aprovado pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 116/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 116/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO foi contemplado recentemente, com a láurea "Teixeira de Freitas", outorgada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Quando da sua indicação, assim se referiu aquele Instituto:

"Dos méritos do indicado é desnecessário falar. Processualista ímpar, Advogado atuante, Conferencista de escol, Professor consagrado.

Sua vastíssima obra jurídica se encontra abrigada em nossa Biblioteca, na qual se avulta como foco de interesse e consultas permanentes.

Como se não bastassem essas referências da mais alta expressão, quanto à qualificação do festejado processualista que granjeou o respeito e admiração de toda a comunidade jurídica nacional, vale mencionar que a medalha conferida ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão vem de consagrá-lo, na alta galeria das 30 mais expressivas figuras do direito pátrio, já premiados pela distinção, ao lado de Clóvis Bevilacqua, Seabra Fagundes, Eduardo Espínola, Carlos Maximiliano, Nelson Hungria, Pontes de Miranda, Miguel Reale, Sampaio Dória, Themistocles Cavalcanti, José Frederico Marques e tantos outros luminares da ciência jurídica pátria.

Nascido no Estado de São Paulo, formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, e aqui sempre exerceu atividades como Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, Presidente da OAB, secção do Paraná, Professor e Catedrático de Direito Processual Civil, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Sua invulgar bagagem literária se traduz em obras da mais alta expressão jurídica, como seu magistral "Comentários ao Código de Processo Civil", "Estudos sobre Reforma Processual", "Embargos Infringentes" e "Correição Parcial", além de inúmeras conferências e pareceres que o consagraram como um dos mais respeitáveis e acatados processualistas brasileiros.

A homenagem que o Estado do Paraná pretende conferir ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão se reveste de plena justiça pelos relevantes serviços prestados por ele à comunidade jurídica brasileira, como expressão maior da cultura de nosso povo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 116/81

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Rosário Pitelli, objetiva o presente plano de lei outorgar o título de Cidadania Honorária ao Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão.

Professor consagrado e processualista emérito, recentemente laureado com a comenda "Teixeira de Freitas", o Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão é um dos mais festejados juristas nacionais, cujas obras no ramo do Direito enaltecem a cultura jurídica pátria, sendo motivo de orgulho e ufanía para nós, paranaenses.

Homenagem das mais justas é a que ora se presta em reconhecimento a esse cidadão paulista que aqui se radicou e aqui tem trabalhado no cultor do Direito, para engrandecimento do Paraná.

Quanto aos aspectos formal e constitucional, o Projeto preenche todos os requisitos.

Assim sendo, é com muita honra que opinamos pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 136/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ — AFEDEM, com sede na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 136/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE DE MARINGÁ — AFEDEM, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de novembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A AFEDEM — Associação Feminina Beneficente de Maringá, sediada à Avenida Rio Branco, 917, na cidade de Maringá, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social à comunidade de Maringá, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal através da Lei 1363/80, de 24 de abril de 1980.

Assim sendo, a declaração de utilidade pública no âmbito estadual, através do projeto de lei que ora apresentamos, e que com certeza merecerá o apoio e a aprovação dos ilustres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 136/81

PARECER:

Examinando o presente plano de lei, que declara de utilidade pública a Associação Feminina Beneficente de Maringá, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, verificamos que a documentação exigida pela Lei 6994, de 10/01/78 está completa, e de acordo com o disposto na lei, consta o presente projeto dos seguintes documentos:

1. Registro no Cartório de Títulos e Documentos há mais de um ano;
2. Relatório das atividades realizadas pela entidade;
3. Cópias autênticas do seu Estatuto; e,
4. Declaração que seus membros não percebem nenhuma remuneração.

Face ao examinado, nosso parecer é pela Aprovação do projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

BÁSILIO ZANUSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frederico Basso, ocorrido na cidade de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Educação, consubstanciado em pedido de informações acerca da aplicação da lei de aposentadoria de professores

aos 25 e 30 anos de serviços. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

06 Srs. Deputados aprovam; 04 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 39/80, 60, 102, 109 e 114/81.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 116 e 136/81.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 101/80 e 140/81.
Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 047/82

constituir Grupo de Trabalho, presidido pelo Senhor Diretor Geral e composto pelos funcionários AIMORÉ OD ROCHA, MARCOS UNIGA, LUCIANO LACERDA FILHO, LUIZ ANTÔNIO CARON, WILIANS ROLANDO ROMANZINI, CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, GABRIEL LUIZ FRANCHESCHI, DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO, FARID LUIZ GUÉRIOS, ELEOVAM CEZAR RIBEIRO, JOSÉ GILHERMINO FILGUEIRAS WILSON KAIEL, EDMIR ENÉZIO DA SILVA, JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, NELSON AUGUSTO ARAUJO, ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, MANOEL AGUIAR FILHO, REGINALDO FANCKIN, ANTÔNIO CARLOS SANTOS DE LACERDA, MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, ANTÔNIO JOÃO GREBER, ALBERTO SAVOIA ASSEF, CARLOS MAXIMINIO PERONDI, para realizarem os serviços de fechamento de balanço junto ao Departamento de Finanças, deste Poder.

(Protoc. nº 388)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/03/82.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS —
Diretor Geral